

EDITORIAL

Morte Materna - a Morte Anunciada

O Brasil ostenta uma vergonhosa situação em relação à mortalidade materna, com uma taxa estimada em 156 óbitos por 100.000 N.V., colocando-se do lado de países como o Peru, Equador, Bolívia, Haiti e países africanos.

Recomendados pela OMS e implantados a nível nacional e em alguns estados, os Comitês de Morte Materna vêm revelando a face mais cruel do problema: além da sub-notificação em tomo de 50%, estima-se que cerca de 90% das mortes poderiam ser evitadas por um adequado acompanhamento pré-natal e pela correta assistência ao parto e ao puerpério.

As principais causas de morte materna no Brasil, são a toxemia (33,1%), as hemorragias (21,4%) e as infecções (17%). Todas facilmente evitáveis à luz do conhecimento científico e da tecnologia disponíveis. Por que então a morte de milhares de mulheres brasileiras?

A análise dos fatores associados à morte materna evidenciam que esta recai sobre as camadas mais pobres da sociedade, às quais, além de dispor de precárias condições de vida, têm menos acesso aos serviços de saúde e educação. As mulheres que conseguem chegar aos serviços de saúde, não têm atenção adequada, que lhes identifique os riscos ante-natal e gestacional; em caso positivo, não têm acesso aos níveis do sistema de maior complexidade, capazes de intervir nos riscos ou problemas de saúde já instalados.

Por outro lado, o "ser mulher" determina uma situação específica frente à saúde, não só associada à esfera biológica reprodutiva, mas também, pelas implicações das diferenciações de gênero sobre a saúde, que se traduzem em maior prevalência de desnutrição em meninas e de depressão em mulheres; na maior responsabilidade que lhes é conferida pelo controle da fecundidade; no abuso de procedimentos médicos especificamente destinados à mulher, como operações cesareanas e histerectomias; no desgaste adicional de energia que a mulher trabalhadora assume em virtude da sua responsabilidade com as atividades domésticas, entre outras.

A reversão desse quadro alarmante está associada, de um lado, às modificações necessárias ao setor saúde, que levem à consolidação do SUS e a mudanças nas práticas assistenciais, possibilitando assim que a Assistência Integral à Saúde da Mulher seja efetivamente implementada e universalizada, além da melhoria das condições gerais de vida.

Ao mesmo tempo, é necessário elevar a consciência de cidadania das mulheres brasileiras, de modo que possam participar do processo de decisão e controle das condutas que lhes são dirigidas. Nesse contexto, os movimentos de mulheres têm um papel estratégico, através das denúncias, da divulgação de informações e do debate em torno das questões relacionadas à saúde da mulher, bem como através de propostas alternativas de educação e atendimento.

Nós, enfermeiras, temos uma dupla inserção nesse processo, sujeito/objeto, trabalhadoras de saúde e mulheres. Este número da REBEEn se propõe a contribuir para a reflexão da categoria, ao trazer 4 textos que falam da mulher: da morte, da vida, de enfermeiras trabalhando com mulheres e de uma proposta de organização regional para estudos e pesquisas.